


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**
**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1012374-89.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais**  
 Exequente: **Residencial Bela Vista I**  
 Executado: **Lorenzo Saffi Mello Ziliao**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

Vistos.

O menor esta sendo executado por ser o **DONO DO IMÓVEL**.

Sua mãe, e representante legal, **Rafaela Saffi Mello compareceu ao escritório do patrono do "residencial" e ali deliberou entabular acordo para solução da dívida.**

Referida avença foi juntada, após, aos autos.

Na medida em que assinou o acordo – fora dos autos, saliento mais uma vez – a representante legal agiu visando evitar a perpetuação do conflito.

Não era – e não é - dela exigido que contrate advogado para tal finalidade (ou ainda acompanhá-la ao escritório do patrono do oponente); isso só iria causar ônus ao incapaz.

O que interessa é que o menor foi devidamente representado, como já dito, e ainda que para a prática do referido ato a genitora não necessitava autorização judicial.

Por fim a importância cobrada esta prevista em atos ordenados no aspecto formal e nenhum acréscimo foi lançado na avença (o montante inicial foi dividido em parcelas fixas)

Homologo, por sentença, o acordo firmado pelas partes a fls. 47/48 para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

Aguarde-se o cumprimento do acordo, que deverá ser informado pelas partes até cinco (5) dias após o vencimento da última parcela.

Caso não haja manifestação da exequente denunciando eventual descumprimento, o acordo será tido como cumprido e acarretará a extinção da ação.

Publique-se e Intime-se.

São Carlos, 20 de março de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,**  
**CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**